

SEMIÁRIDO VIVO – NENHUM DIREITO A MENOS!

Semiárido Brasileiro, novembro de 2015

Nós povos do Semiárido, movimentos sociais e articulações, do campo e da cidade, nas quais nos vemos representados, tais como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento do Sem Terra (MST); Marcha Mundial das Mulheres; Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE); Levante Popular da Juventude, reunimo-nos em mais de 18 mil pessoas, em Petrolina/PE e Juazeiro/BA, passamos pelos centros das duas cidades e neles fomos acolhidos e queremos através deste, como através do ato que realizamos, fazer ecoar nossas vozes sobre o atual momento nacional, exigindo políticas condizentes e adequadas ao Semiárido.

O Brasil saiu recentemente do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Este fato merece ser comemorado e festejado pós nós, que muito contribuimos para que ele acontecesse.

No entanto, o atual contexto tem gerado riscos iminentes a que esta nossa conquista retroceda.

O Semiárido atravessa uma das mais severas e duradouras secas dos últimos tempos. Mortes, êxodo, saques, filas intermináveis de pessoas para receber uma lata d'água, frentes de serviços, compra de votos às custas da miséria, tudo isso ficou na história como uma marca desumana das políticas que desrespeitam o Semiárido e seu povo.

A virada desta página da história brasileira se deu graças à luta, coragem e protagonismo do povo do Semiárido, aliado a políticas públicas adequadas e voltadas para o bioma e sua gente, que deram ao Semiárido uma cara mais humana. Foram 12 anos de ações consecutivas neste caminho. Foram e são políticas como o Bolsa Família, o Bolsa Estiagem, o Fomento, o Garantia Safra, linhas de assistência técnica e o crédito adequados, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as múltiplas ações de Economia Solidária, o Programa Água para Todos com suas variadas facetas e, de modo especial, **as cisternas de placa para água de consumo humano – estamos na casa de um milhão destas cisternas – e os implementos de captação de água para produção**, ao redor de 135 mil, os quintais produtivos, a produção de alimentos saudáveis, as cisternas nas escolas e os bancos de sementes crioulas.

Todas estas ações e políticas têm a marca do diálogo entre a sociedade civil e o Governo, tanto na sua construção, quanto na execução e controle social.

É evidente que tudo isso apenas sinaliza o início de uma grande reviravolta, pois, mais de 500 anos de opressão não se resolvem em um curto espaço de tempo.

Porém, isso nos diz que, se não queremos voltar a integrar o Mapa da Fome da ONU, as políticas de convivência com o Semiárido terão que ser garantidas e ampliadas.

Neste contexto, alguns elementos merecem nossa atenção:

- A crise hídrica que assola o país nos últimos anos, revela uma situação de extremo sofrimento dos povos, sobretudo, dos povos do Semiárido. A dramática busca de água para o consumo humano é uma realidade sofrida por milhões de famílias no campo e nas cidades. Para agravar ainda mais esta situação, o nível dos reservatórios existentes no Semiárido encontra-se na faixa de 17%, o que requer extremo cuidado.
- O Rio São Francisco, assoreado em quase todo o seu trajeto, condenado, caso não se tomem providências urgentes, tornar-se-á um rio intermitente e sem vida. Continuam, no entanto, as ações criminosas de irrigação predadora, de desmatamento do Cerrado, de onde se abastecem a maioria dos afluentes do rio, a depredação das matas ciliares e a retirada de água sem critérios.
- A contaminação das águas, dos mananciais e dos rios a partir do uso desenfreado de agrotóxicos, da ação depredadora das mineradoras, que invadem a cada dia mais áreas do Semiárido. Exemplar, neste sentido país afora, é o rompimento das barragens de retenção de resíduos e dejetos em Mariana, Minas Gerais, desastre ambiental de proporções inimagináveis, trazendo consigo a morte do Rio Doce e outras tragédias humanas e ambientais, ainda a aguardar enérgicas providências do Governo Estadual e Federal.

Tudo isso nos mostra que a crise hídrica, o desabastecimento das cidades, a destruição do Rio São Francisco e outros problemas, não são resultantes apenas da natureza, mas, principalmente, do modelo de desenvolvimento implantado no país, que se explicita no estilo como o agro e o hidronegócio se apossam das águas, terras e territórios.

Olhando no contexto geral, deste modo, a palavra de ordem é continuar e ampliar as políticas de convivência com o Semiárido, interrelacionando-as com outras tão importantes e essenciais entre as quais, queremos destacar duas:

- O respeito e o carinho para com o Rio São Francisco, evitando ações predatórias e intensificando fortemente as estratégias de sua revitalização. Neste momento em que realizamos este ato o rio conta com a menor quantidade de água já registrada em seu leito. Os povos do Semiárido querem que o Rio São Francisco lhes seja devolvido pulsante.
- O acesso das populações à terra e territórios, em tamanho adequado, condição indispensável para a viabilidade do Semiárido e a concretização da convivência com o mesmo.

O QUE VIVEMOS HOJE?

A comunicação no Brasil e no Semiárido continua concentrada nas mãos de poucas pessoas/famílias/grupos econômicos, que ditam a pauta nacional. Os que não pertencem aos grupos hegemônicos que dominam a comunicação não têm direito a voz, não expressam seus pensamentos, têm direito apenas de ouvir e ver. Urge democratizá-la na perspectiva de construir um Brasil para todos.

A proteção dos latifúndios improdutivos que pela Portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estão impedidos de serem desapropriados em municípios que tenham decretado estado de emergência e calamidade, configurando um enorme retrocesso para o avanço da Reforma Agrária.

Vivemos um intenso momento de crise política e econômica.

Buscando soluções, máxime do ponto de vista econômico, o Governo Federal adota políticas fiscais fortemente restritivas a investimentos governamentais. O “ajuste fiscal” retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, restringe o crédito para investimento, eleva a taxa de juros e aos poucos vai paralisando a economia, cujo reflexo é a concentração da renda, o aumento do desemprego e o endividamento das famílias da classe trabalhadora.

Os meios de comunicação social, em parte o Congresso Nacional e muitos políticos encarregam-se, diuturnamente, de desmerecer a Petrobras e buscar sua privatização, querendo entregar a estrangeiros e firmas multinacionais as riquezas de nosso país, riquezas que podem gerar mais desenvolvimento para o Brasil. Somos por uma Petrobras cada vez mais forte e brasileira.

No âmbito do ajuste fiscal:

- O Programa de Aquisição de alimentos (PAA), programa elogiado mundialmente, está enfrentando cortes de 65% do orçamento previsto para 2015 e sofrerá maiores restrições se olharmos a proposta orçamentária de 2016.
- O Programa Cisternas sofreu em 2015 cortes severos. Há contratos que são celebrados, mas não há recursos financeiros que garantam a execução destes contratos. Na expressão de Leonardo Boff, isso significa uma ameaça ao direito fundamental dos mais pobres, no que se refere ao acesso à água potável. Executam-se metas ínfimas, se comparadas a outros anos, e mesmo o contratado não consegue ser implementando, pois não há recursos nos Ministérios. A proposta enviada pelo Governo ao Congresso, de cerca de 200 milhões de reais para 2016, pode estar sinalizando uma paralização dessas ações, e com ela o desmonte dos direitos dos mais pobres, entre eles, o de Segurança Alimentar. A Marcha das Margaridas conseguiu da Presidenta da República, Sr^a. Dilma Rousseff, o compromisso de ampliação das cisternas e dos implementos de água para produção, como um direito essencial das mulheres. Com esse orçamento, o Governo não vai conseguir honrar este compromisso.

- O Congresso Nacional sinaliza o corte de 10 bilhões de reais no Bolsa Família. Esta seria uma ação de profunda maldade e de desrespeito para com os mais pobres. O Bolsa Família é elogiado internacionalmente e seus efeitos são claros e evidentes. Este corte expressa um não compromisso do nosso Congresso com a Segurança Alimentar e Nutricional dos mais sofridos.
- Restrição/diminuição do processo de assistência técnica da agricultura familiar.
- Poucos recursos alocados, gerando timidez na implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária.
- Anuncia-se o corte de subsídios a medicamentos essenciais para a vida de muitos brasileiros, especialmente os mais pobres. Estas e outras ações contra o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do ajuste, se consubstanciam na violação do direito à saúde pelo povo brasileiro.
- Escolas rurais são fechadas pelo Semiárido afora, os recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) são diminuídos, a educação contextualizada e valorizadora do Semiárido não se implementa.
- O Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) anuncia uma drástica diminuição de recursos para o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), e ainda propõe a perda de sua autonomia como instituto de pesquisa, pretendendo rebaixá-lo à categoria de coordenação de bioma, o que desconsidera as características e necessidades do Semiárido, diminuindo, assim, sua contribuição para a pesquisa apropriada à região.

Num momento em que as secas se prolongam e que, devido ao “*El Niño*”, anuncia-se sua intensificação com efeitos ainda mais drásticos para os próximos três anos, a diminuição destas e de outras ações de convivência com o Semiárido pode indicar a volta da página de miséria, de fome, de dependência política das pessoas, de êxodo e de morte que caracterizou o Semiárido.

O QUE QUEREMOS

Em primeiro lugar, queremos assegurar o Estado de Direito. O Brasil e seu povo conquistaram a duras penas um processo básico de estado de direito. Este estado de direito não pode estar à mercê de caprichos e de investidas insanas. As eleições realizadas no ano passado ocorreram num processo democrático aberto e legítimo. Somos pela garantia do Estado de Direito e pelo aprofundamento de nossa democracia. Não aceitamos golpes.

A eleição realizada no ano passado, no entanto, não se configurou, para nós, como simples eleição de uma pessoa. Escolhemos um programa de governo que incluía, explicitamente, as políticas de convivência com o Semiárido já nominadas anteriormente e outras a construir. Estas políticas, por conseguinte, não podem ser minimizadas e/ou abandonadas em nome de um ajuste fiscal.

O ajuste fiscal, se ele é necessário, que não se faça colocando a conta sob a responsabilidade dos mais pobres.

Exigimos que sejam retirados do bojo do ajuste todos os cortes que dizem respeito às políticas sociais, indispensáveis para manter os programas, ações e sua amplitude, capaz de atender às demandas da população.

Sem a implementação forte e intensa destas ações e políticas, dificilmente conseguiremos nos manter fora do Mapa da Fome da ONU.

Por isso, vamos lutar e defender a manutenção e ampliação de nossos direitos e das políticas públicas que conquistamos com muito sofrimento. Não vamos permitir o retrocesso, a volta da fome e da miséria no Semiárido e no Brasil.

Vamos fortalecer nossas alianças estratégicas campo e cidade e vamos à luta por um Brasil sem fome, com soberania e segurança alimentar e nutricional, com comida de verdade para o campo e as cidades. Eis algumas de nossas principais reivindicações e exigências:

1- Segurança Hídrica. Neste campo, se destacam:

- A intensificação das ações de cisternas de água para consumo humano e para produção, estudando-se a possibilidade de cisternas para famílias que vivem em cidades de até 20 mil habitantes.
- Revitalização do Rio São Francisco e devolução do mesmo, pujante, ao povo do Semiárido.
- Supressão das irrigações predatórias que matam o Rio São Francisco.
- Emergencialmente, bloquear todos os processos de retirada de água do Rio São Francisco, para garantir o abastecimento humano e a vida das populações ribeirinhas.
- Elaborar e implementar um plano emergencial de uso das águas do São Francisco, considerando a Lei 9.433/97, que em situação de escassez prioriza o uso das águas para consumo humano e dessedentação animal.
- Olhando a crise do São Francisco dentro da crise hídrica maior que afeta a nação, montar e deslançar de imediato estratégias de proteção às nascentes e matas ciliares, em especial no Cerrado.
- Não aceitar e denunciar propostas mirabolantes, absurdas e desprovidas de senso crítico, como a transposição das águas do Rio Tocantins para o São Francisco.

2- Reforma Agrária: acesso à terra em tamanho adequado à vida no Semiárido

- Assentamento imediato de todas as famílias acampadas.
- Amplo programa de regularização fundiária das comunidades camponesas, que reconheça os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pastos, pescadores e demais povos tradicionais.
- A suspensão da PEC 215.
- Revogação da Portaria do INCRA que impede a desapropriação de latifúndios improdutivos nos municípios que decretaram estado de emergência e calamidade.

3- Estruturação das Comunidades Camponesas

- Execução do Programa Camponês construído pela Via Campesina junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Efetivação do Programa Luz Para Todos, em especial para a população atingida por barragens.
- Adoção e interligação dos sistemas solares e eólicos beneficiando as comunidades camponesas com a tecnologia de captação, conversão e despejo nas redes públicas de energia.

4- Soberania Alimentar: Construção de um Programa Nacional de Conservação e Uso da Biodiversidade considerando a particularidade da região Semiárida

- Reacondicionar o Semiárido e construir mecanismos de combate à desertificação.
- Investimento em Unidades Básicas de Sementes conduzidas pelas organizações sociais do Semiárido.
- Proibição do uso dos agrotóxicos já banidos em outras partes do mundo.
- Fim da pulverização aérea.
- Garantia de investimentos públicos para a ampla Transição Agroecológica pela execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e efetiva implementação do PLANAPO 2.
- Dinamização de processos de organização de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas.
- Implementação e dinamização dos quintais produtivos, conduzidos pelas mulheres, e na perspectiva de produção de alimentos saudáveis.

5- Juventude

A juventude precisa ser valorizada e seu protagonismo assumido por todos nós. Neste contexto, há de se criar programas e ações voltados aos jovens, que dinamizem seu protagonismo, que garantam seu direito de estudar desde os estudos iniciais à universidade, acesso à terra, crédito, assistência técnica, cultura e lazer.

Viabilizar urgentemente a implementação do Plano Nacional de Sucessão Rural.

Nós, que em passeatas ocupamos pacificamente o centro das cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, que passamos aos milhares a ponte Petrolina/Juazeiro, reverenciando o Rio São Francisco e nos colocando na luta pela sua revitalização, como elemento essencial da Convivência com o Semiárido, lançamos daqui do coração do Semiárido nosso brado ao Brasil, ao Governo Federal e aos Governos Estaduais e Municipais:

- a) O Estado de Direito hoje vigente no Brasil não pode ser violentado e destruído. Ele tem que ser mantido, pois é conquista árdua do povo brasileiro.

- b) A Política de Convivência com o Semiárido, responsável por mudanças significativas e de qualidade na vida das pessoas, deve ser continuada e intensificada. Interrompê-la seria violar direitos de milhões de pessoas que vivem no Semiárido e que tem direito a uma vida digna e com qualidade.
- c) Os mais pobres não podem pagar a conta do ajuste fiscal hoje existente no Brasil.
- d) As ações de Convivência com o Semiárido e de combate à pobreza não podem ser colocadas na lista daquelas que serão cortadas pelos Governos Federal e Estaduais, para que assim se gere economia de recursos para o ajuste fiscal.

A partir de Juazeiro/BA e Petrolina/PE o povo do Semiárido se solidariza com as populações e comunidades de Mariana e do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, que tiveram suas vidas e territórios destruídos, ao tempo em que exigimos enérgicas providências do Estado, no sentido de fazer com que sejam reparados os prejuízos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

POR UM SEMIÁRIDO VIVO – NENHUM DIREITO A MENOS!